

spiinformação



SEMPRE!



11 DE MAIO

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

É sempre um momento especial a realização de eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Apesar do atraso de um ano (não fora a maldita pandemia, ter-se-iam realizado em maio de 2020), no próximo 11 de maio, os/as sócios/as terão oportunidade de eleger os seus órgãos dirigentes: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e de Jurisdição, Direção e Direções Distritais (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real).

Gostaria de salientar que cada sócio que participe neste ato eleitoral exercerá, simultaneamente, um direito e um dever: o direito de escolher aqueles e aquelas que nos próximos três anos assumem a obrigação de os representar e defender; e o dever de contribuir para dar força e representatividade (quantos mais votos tiver, mais representativo fica perante o poder e a sociedade) a um sindicato, cuja intervenção possa contribuir, de forma ativa, para a defesa da classe que representa, para a construção de uma cidadania mais inclusiva e de uma sociedade mais justa.

Património riquíssimo. Os sindicatos são um alicerce inalienável do regime democrático, conquistado com o 25 de Abril. É a própria Constituição da República que o contempla em vários momentos do seu articulado, ao enumerar os direitos e garantias do povo português e, especificamente, ao reconhecer aos trabalhadores/as a liberdade sindical, como “condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses” (Artigo 55º). Temos, pois, grandes motivos para honrar o sindicalismo docente, participando nas

eleições para os Corpos Gerentes do SPN, no próximo 11 de maio.

Convém também recordar que o SPN – que integra a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – é herdeiro de um riquíssimo património histórico de luta pelos direitos de professores/as, educadores/as e investigadores/as, cujas raízes remontam às associações sindicais de docentes, com grande representatividade e intervenção durante a 1ª República e, mais recentemente, nos anos 70 do século XX, à atividade arrojada desenvolvida pelos Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário, durante o regime fascista, reivindicando um estatuto profissional valorizado e uma escola pública democrática e inclusiva.

Fortalecer a intervenção. Estas eleições representam mais uma oportunidade de reforço da nossa estrutura e da qualidade da nossa intervenção. Os dirigentes que forem eleitos procurarão desempenhar as suas funções com todo o empenhamento e zelo, contribuindo para o fortalecimento e funcionamento da estrutura sindical, a ligação aos/as professores/as, educadores/as, investigadores/as e às instituições onde desempenham funções.

Se em todos os momentos foi fundamental a união e a luta reivindicativa, para que o SPN e a Fenprof pudessem desenvolver uma negociação produtiva com a tutela, hoje, ainda mais se faz sentir a necessidade de fortalecer a intervenção sindical. Confrontados com um verdadeiro bloqueio comunicativo com a tutela, associado aos abalos decorrentes da pandemia, promotora de mais instabilidade e degradação das já precárias condições de

trabalho, mantêm-se, e/ou agravam-se, os constrangimentos continuados à promoção na carreira docente e a precarização crescente de tantos/as docentes e investigadores/as, entre muitos outros problemas.

A cada momento, temos de lembrar ao Governo e ao país aquilo que a UNESCO salientava, já em 1993, num documento orientador das políticas educativas: a importância dos/as professores/as como grupo profissional fundamental, sem o qual “não pode haver nem desenvolvimento durável, nem coesão social, nem paz”.

Vamos, pois, eleger os novos corpos gerentes, reforçando o SPN, realçando a sua representatividade, defendendo os direitos e a dignificação de educadores/as, professores/as e investigadores/as, contribuindo para uma escola pública mais democrática e inclusiva e um país mais justo e igual.

Manuela Silva

Presidente

da Mesa da Assembleia-Geral do SPN

spinformação

Diretora Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Rogério Reis

Impressão Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto

• Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal n.º** 238855/06 • **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR

A pandemia da covid-19 mudou vidas, mudou a educação, mudou o processo de ensino-aprendizagem e mudou a forma de fazer sindicalismo, obrigando a sucessivas adaptações. A comunidade escolar foi enfrentando novos desafios, num contexto de incerteza e de flagrante incapacidade do Ministério da Educação para planificar atempadamente cada fase do processo. Veja-se o caso dos computadores, que, tendo sido prometidos para o início do ano letivo, chegaram às escolas no final do 2º período, justamente quando professores e alunos regressavam à atividade letiva presencial!

O designado ensino a distância privou os alunos de relações sociais vitais e do apoio dos profissionais da educação, afetando o seu desenvolvimento académico, social e emocional e penalizando, de forma agravada, crianças e jovens de famílias desfavorecidas. Tendo a covid-19 posto a nu, em Portugal e um pouco por todo o mundo, profundas desigualdades sociais e educativas, o retorno à 'normalidade' anterior à pandemia não é possível nem aceitável. É necessário um programa ambicioso e um investimento consistente na educação pública, não podendo o financiamento público ser desperdiçado em soluções avulsas e de recurso, como as recentemente vindas a público de criação de escolas de verão e de tutorias a Língua Portuguesa e Matemática, para as quais, segundo os proponentes, tanto podem ser contratados professores desempregados como licenciados sem habilitação para a docência – 'solução' que contribuiria para a desprofissionalização dos professores e para a degradação da qualidade educativa, já que, como a investigação realizada em vários países comprova, são os professores certificados os que produzem consistentemente maiores ganhos no aproveitamento dos alunos.

Sejamos claros: a recuperação das aprendizagens tem de ser feita de forma estruturada. Se o governo quer mesmo dar prioridade à qualificação dos portugueses, como afirma no Plano de Recuperação e Resiliência, tem de criar as condições para a concretização dessa intenção.

O SPN e a Fenprof há muito que vêm defendendo turmas mais pequenas para um ensino personalizado; mais professores para trabalho de coadjuvação antes que os défices se acumulem e consolidem; mais apoios pedagógicos para os alunos com necessidades educativas especiais, com professores especializados a acompanhar efetivamente os alunos; reforço de equipas multidisciplinares para mediar conflitos e assegurar a ligação escola-família, prevenindo a indisciplina e a violência no espaço escolar; horários pedagogicamente adequados, que permitam aos professores canalizar o essencial do seu tempo e da sua energia para o trabalho com os alunos, sem constrangimentos burocráticos e administrativos.

Importa afirmar, mais uma vez, que não há educação de qualidade sem educadores e professores valorizados e reconhecidos.

Acompanhando o regresso à escola depois de mais dois meses de confinamento, o SPN lembrou que "Nada substitui a escola! Nada



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

substitui o professor!". Tendo evidenciado o papel insubstituível da escola, a pandemia reforçou a exigência de escolas públicas mais fortes e de mais oportunidades para todos os alunos, providenciando o apoio e os recursos de que necessitam para serem bem-sucedidos, agora e no futuro.

Também por isso, no final da semana em que se reiniciaram as atividades letivas presenciais em todas as escolas, a Fenprof promoveu em Lisboa uma concentração de educadores e professores em defesa da profissão docente, visando pressionar o Governo a negociar soluções para os problemas que têm vindo a deteriorar as condições de exercício da profissão – problemas relativos à carreira docente, aos horários de trabalho, à precariedade de emprego e ao envelhecimento da profissão.

A postura anti-negocial deste ministério tem de ser firmemente combatida! É isso que o SPN e a Fenprof continuarão a fazer, sendo certo que o sucesso da sua intervenção depende em larga medida da adesão dos professores às ações propostas.

A 11 de maio terão lugar as eleições para os Corpos Gerentes do SPN. Deixo um apelo a todos os sócios para que participem no processo eleitoral, conferindo legitimidade e confiança aos que assumirão responsabilidades de direção nos diversos órgãos.

Ao fim de 13 anos como coordenadora do SPN, o que muito me honra, considero que chegou a hora de passar o testemunho, contribuindo para a necessária renovação e para uma mudança que permita iniciar um novo ciclo na vida do SPN, capaz de dar resposta aos desafios que enfrentamos.

Nesta ocasião, deixo uma palavra de reconhecimento – ao Abel Macedo, que me precedeu e depois acompanhou na coordenação e que agora se aposenta, também da direção, pela dedicação de uma vida ao SPN e às suas causas; a todos os dirigentes, funcionários e juristas com quem me orgulho de ter trabalhado e com quem muito aprendi; aos sócios do SPN, por serem parte deste coletivo e continuarem a acreditar no projeto sindical que o SPN corporiza. Um projeto construído ao longo de muitos anos por tantos sindicalistas, alguns extraordinários, referências imprescindíveis, cujo exemplo herdamos e queremos passar às gerações vindouras.

Educadores e professores manifestam-se
junto à Presidência Portuguesa
do Conselho da União Europeia

TEMPO



Devido ao processo de vacinação dos educadores e professores ter sido adiado para o fim-de-semana de 17-18 de abril, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) adiou para 24 de abril a Ação Nacional de Luta junto ao Centro Cultural de Belém, onde tem sede a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Adiada a ação, mantiveram-se os seus objetivos: um, de âmbito nacional, exigindo a abertura de processos negociais destinados a resolver os problemas relacionados com a progressão nas carreiras, o envelhecimento dos educadores e professores, as condições de trabalho, a precariedade e as injustiças do regime de concursos; outro, de cariz mais internacional, dar a conhecer aos países que integram a União Europeia – onde os representantes portugueses tanto afirmam valorizar o diálogo social – a forma como a Educação é (mal)tratada no nosso país.

Exemplo disso é a maneira como os seus profissionais – exemplares no apoio aos alunos, nas difíceis condições em que o ensino tem funcionado – continuam a ser desrespeitados nos direitos profissionais e nas condições de trabalho.

Recorde-se que desde a tomada de posse do Governo (26.out.2019), o ministro da Educação reuniu uma única vez com as organizações sindicais, há mais de um ano (22.jan.2020) – neste período, realizaram-se algumas (poucas) reuniões com os secretários de Estado, mas nenhuma se destinou a abrir processos negociais!

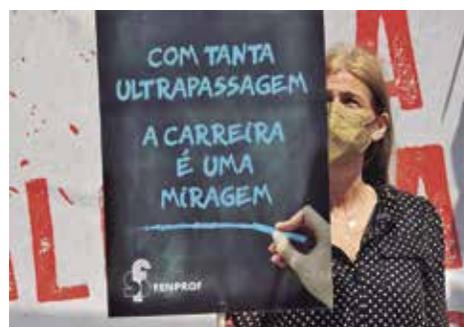
Postura negativa do ME. Foi, pois, pela resolução dos problemas que os afetam que os educadores e professores voltaram à rua, em protesto. Desde logo, contra o bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação. De uma completa inépcia para

resolver os problemas dos docentes, o ME continua a ignorar as propostas fundamentadas, apresentadas há um ano, reafirmadas em outubro e, já este ano, reapresentadas na reunião de fevereiro e, mais recentemente, na de 16 de abril.

Numa primeira fase, o ME nem respondeu; depois, lá foi dizendo que não era oportuno; passado algum tempo, argumentou que o tempo de negociação se tinha extinguido (como era o caso do diploma dos concursos); finalmente, numa postura de dita abertura, agendou para supostas negociações matérias que em nada estão relacionadas com as propostas apresentadas pela Fenprof e que, por lei, está obrigado a negociar.

É, antes de mais, contra esta postura de completo alheamento, incapacidade de diálogo e irresponsabilidade que os educadores e os professores lutam.

DE AGIR



Propostas da Fenprof

No essencial, poderão agrupar-se em quatro áreas:

- **carreira docente:** os docentes não esquecem: continuam por recuperar 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço cumprido; milhares de professores continuam retidos nos 4º e 6º escalões, alguns desde 2018; não foi resolvido o problema das ultrapassagens na carreira; há milhares de reclamações e recursos hierárquicos de docentes prejudicados na avaliação de desempenho devido à existência de quotas;

- **horário de trabalho:** o horário de trabalho semanal dos docentes é de 35 horas, mas trabalham, em média, mais de 46 horas, com o ME a dar cobertura aos abusos e ilegalidades e a rejeitar propostas destinadas a repor a legalidade; - rejuvenescimento da profissão: mais de 54% dos docentes já ultrapassaram os 50 anos de idade e são menos de 0,5% os que têm até 30 anos; há que rejuvenescer a profissão, atraindo os jovens para uma carreira estável e valorizada e permitindo a saída dos mais velhos através da pré-reforma e de um regime específico de aposentação;

- **concursos e precariedade:** o ME agravou ainda mais o regime de concursos, limitando a horários completos as colocações por mobilidade e ameaçando com o desemprego professores contratados com muitos anos de serviço – apesar de serem quase 25000 os docentes contratados com três ou mais anos de serviço (cerca de 12000 já exercem atividade há 10 anos ou mais), apenas foram abertas 2455 vagas para ingresso nos quadros (vinculação).

TRAVÃO NÃO TRAVOU NEM TRAVA



A precariedade na profissão docente é uma realidade com várias décadas. Apesar de alguns progressos, através de concursos extraordinários, o número de docentes precários é ainda intolerável.

Num momento em que surgem alertas para o facto de, na próxima década, a falta de educadores e professores poder colocar em perigo o futuro do sistema educativo português, Governo e Ministério da Educação (ME) continuam a insistir num modelo de concursos de que perpetua a precariedade entre muitos docentes.

Os dados divulgados pela *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência* confirmam o envelhecimento dos professores no ativo e que pouco ou nada foi feito na anterior legislatura para promover o rejuvenescimento do corpo docente das escolas [DGEEC, *Educação em números – Portugal 2019*]. Num cenário em que mais de 85% têm acima de 40 anos, 50% já passaram os 50 anos e mais de 12% estão além dos 60, enquanto os docentes até aos 30 anos não chegam a 0,5%.

Também o Conselho Nacional da Educação, no relatório de junho de 2019, prevê que cerca de 50000 docentes atinjam a idade da aposentação até 2030.

Ora, não se compreende que o Governo e o ME não apresentem uma resposta, adequada aos alertas, para ultrapassar o problema do envelhecimento docente e, anos após ano, continuem a contratar milhares de docentes para suprir ‘necessidades temporárias’, quando essas necessidades são permanentes.

Através das listas do concurso externo constatamos que em 2019, dos 33503 candidatos, apenas vincularam pela designada ‘norma-travão’ 542 docentes (1,6%), com uma média de 43,8 anos de idade e 14,5 de serviço. Já em 2020, dos 35880 candidatos ao concurso externo, vincularam 872 pela referida norma (2,4%), com uma média de 45 anos de idade e 16 de serviço.

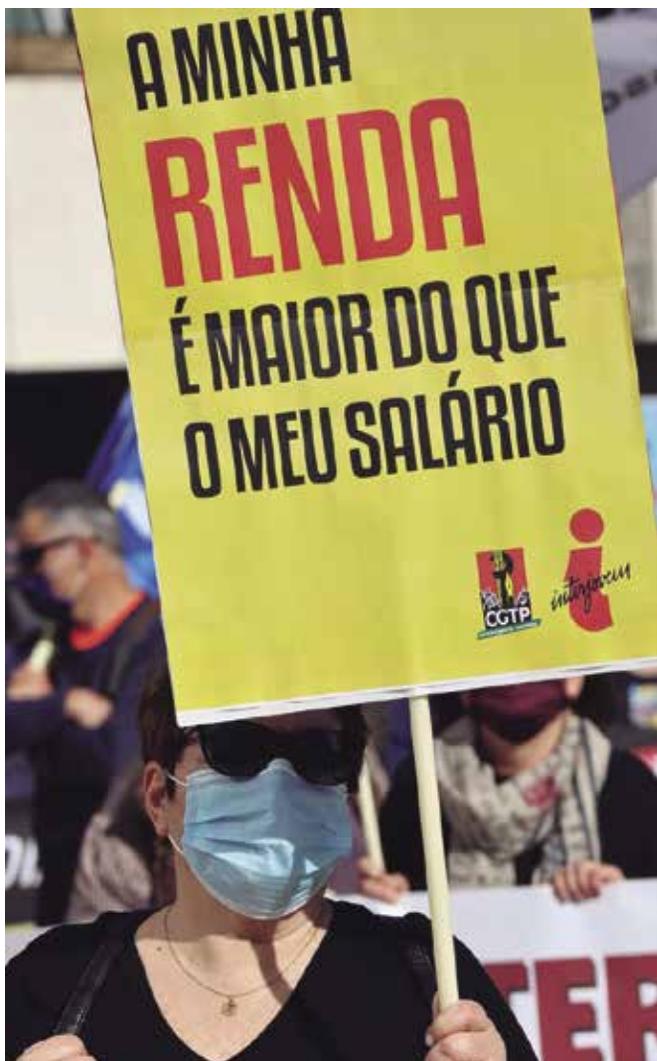
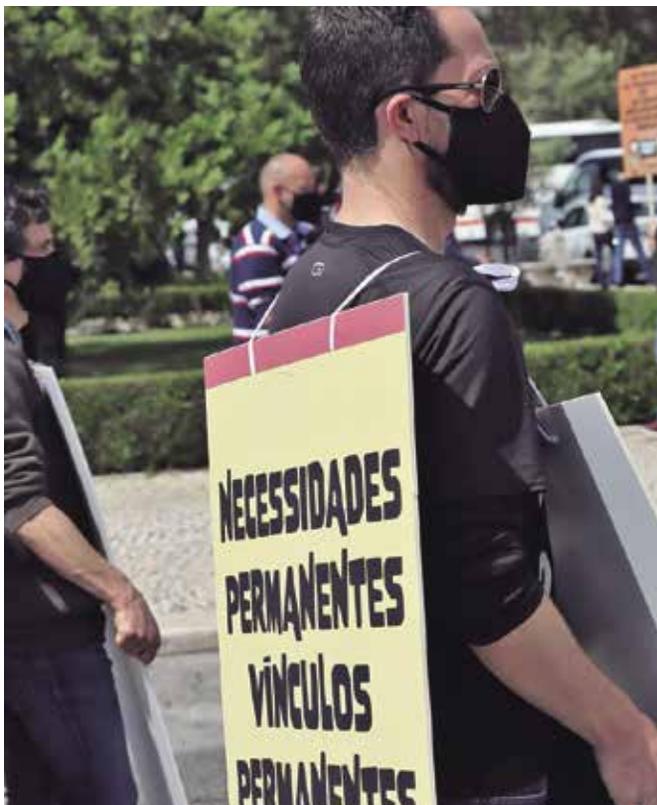
A ‘norma-travão’ é ineficaz, uma vez que não travou, nem trava, o recurso abusivo à contratação a termo e permite manter no sistema milhares de docentes em contratos, até mesmo em contratos sucessivos – só no último concurso externo (2020/21), até dezembro foram contratados 25325 docentes, dos quais 9699 para horários anuais e completos.

Em março, aquando do concurso externo 2021/22, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) afirmava, em nota à comunicação social:

“Quanto ao concurso externo, o Ministério da Educação faz gáudio de o número de vagas a preencher este ano (2455) corresponder a um aumento de 278% relativamente ao verificado no concurso externo anterior (através do qual vincularam 872 docentes), quando tal aumento decorre da mera aplicação da Lei, pelos mínimos que ela impõe.

De facto, 2455 corresponde ao número de docentes que se encontram, no presente ano letivo, a cumprir o 3º ano sucessivo em horários anuais e completos, pelo que, cumprindo estes docentes os requisitos da designada ‘norma travão’, não tinha o ME como não abrir o correspondente número de vagas... Há que referir que este número de vagas continuará a não permitir resolver o grave problema de precariedade que grassa na docência.

Lembramos que ficaram de fora do último concurso externo, sendo potenciais candidatos ao que agora se vai realizar, nada mais, nada menos do que 24816 professores com três ou mais anos de serviço prestado, dos quais 20872 com cinco ou mais anos, 11702 com 10 ou mais anos e 4832 com mais de 15 anos. Ou seja, o número de vagas agora aberto nem sequer chega para vincular todos os docentes com 15 ou mais anos de serviço!”



Aconteceu em março



* SPN realizou um plenário por videoconferência destinado aos docentes precários, contratados e desempregados, cuja temática central foi *Precariedade na profissão docente e concursos*;

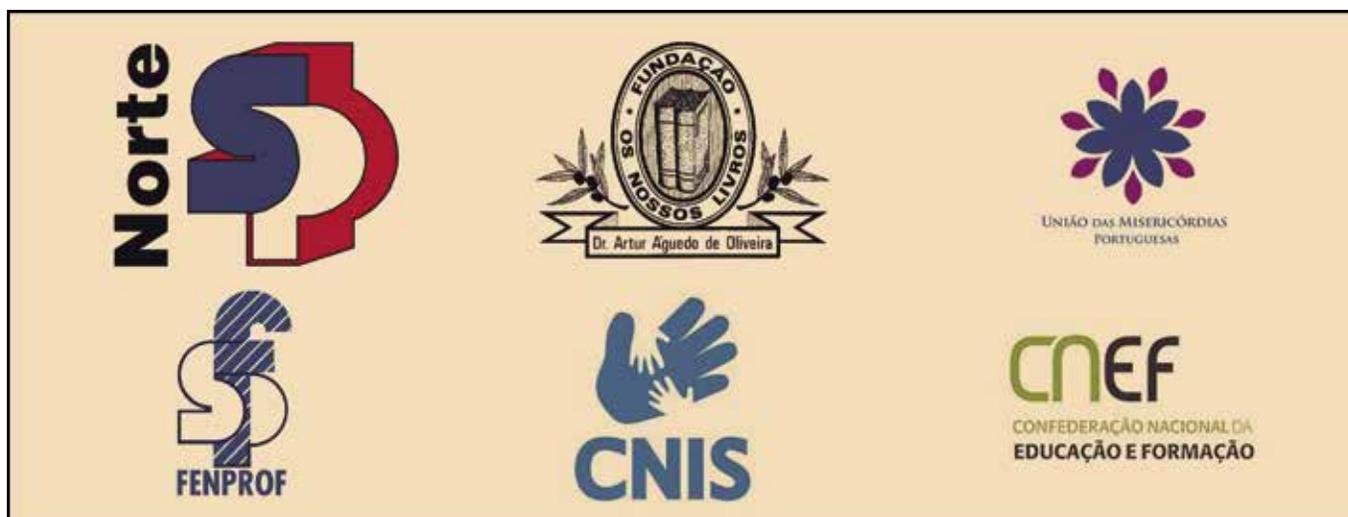
* SPN e a Fenprof levaram a cabo a ação *Rostos da Precariedade*, com o objetivo de mostrar que, por trás dos números avassaladores da precariedade, há pessoas e famílias concretas atingidas, projetos de vida consecutivamente adiados, profissionais qualificados que o Governo explora e desrespeita;

* professores das escolas artísticas António Arroio (Lisboa) e Soares dos Reis (Porto) se manifestaram contra a situação de precariedade laboral em que se encontram há vários anos e a Fenprof entregou proposta fundamentada para a sua vinculação;

* vagas abertas para o concurso externo 2021/22 revelaram-se insuficientes para satisfazer as necessidades do sistema educativo e resolver o problema da precariedade docente;

* aviso de abertura dos concursos introduziu procedimentos que não negociou: os candidatos ao concurso externo abrangidos pela designada 'norma travão' – que se encontrem no terceiro ano consecutivo com ligação contratual a termo, em horário anual e completo – “devem manifestar preferência pelo maior número de códigos de Quadro de Zona Pedagógica”, sob pena de, se não o fizerem, não só não obterem colocação (não ingressarem em quadro), como ficarem impedidos de celebrar um novo contrato a termo para o ano escolar 2021/22;

* postal eletrónico *Pela vinculação dos professores contratados!* foi enviado aos grupos parlamentares, dirigido aos deputados que compõem a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, onde estas matérias são discutidas e trabalhadas antes de poderem subir a plenário; SPN participou no *Dia de luta nacional dos jovens trabalhadores* promovido pela Interjovem – estrutura da CGTP-IN para os problemas e a luta dos jovens trabalhadores.



EPC, IPSS e misericórdias

ATIVIDADE NEGOCIAL INTENSA

A luta neste setor de ensino e educação tem prosseguido com a realização de várias iniciativas visando a defesa de todos os docentes. Embora reconhecendo as dificuldades e condicionalismos que afetam todo o setor, será importante mantermo-nos atentos e unidos na defesa de condições dignas e justas para todos os professores e educadores que exercem funções no setor (considerado de interesse público).

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tudo farão para dar resposta aos naturais anseios de todos os docentes do setor privado por uma aproximação às condições de trabalho do setor público.

Acordo de Empresa 1. Os professores do Conservatório de Música e Dança de Bragança estão de parabéns. Após um longo processo, repleto de peripécias de vária ordem, foi finalmente publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (nº 14, de 15 de abril) o acordo de empresa assinado entre a fundação *Os Nossos Livros* e o SPN – assinado em 20 de outubro de 2020, este acordo só agora obteve publicação em BTE por razões às quais o SPN é completamente alheio.

Neste acordo, foi possível negociar a recuperação do tempo de serviço prestado

desde 1 de setembro de 2017 para efeitos de progressão na carreira, pondo termo ao ‘congelamento’ que durava desde 2014.

A vontade e determinação dos professores, em especial dos sócios do SPN, foi determinante para este desfecho. O Sindicato espera que seja um exemplo a seguir por outros professores e direções de escolas do setor privado.

Acordo de Empresa 2. Findas as negociações no âmbito do processo de conciliação decorrido na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) entre a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Fenprof e outros sindicatos, as partes lograram chegar a acordo para a celebração de um Acordo de Empresa. O documento já se encontra em apreciação na DGERT, esperando-se para breve a sua publicação. A Fenprof tinha consciência da importância de não ficar de fora deste Acordo de Empresa, procurando, assim, melhores condições e segurança no trabalho para todos os docentes do setor Solidário e Social. Além de um aumento salarial de 0,4%, com efeitos retroativos a janeiro de 2021, foi possível negociar um valor bastante superior ao que vigorava desde 2016 para todos os docentes em início de carreira.

Atualização do CCT das IPSS. A primeira reunião com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) para negociação do Contrato Coletivo de Trabalho para 2021 realizou-se no dia 6 de março. Pretende-se que a nova versão do CCT retroaja a janeiro de 2021.

Consciente da discriminação de que são vítimas as educadoras em creche, que não progredem na carreira para lá do Nível 5 da tabela salarial, a Fenprof apresentou propostas no sentido de pôr fim a esta situação de enorme injustiça – e outras com o objetivo de melhorar e dignificar as condições de trabalho de todos os docentes que exercem a sua atividade nas instituições particulares de solidariedade (IPSS).

Conciliação com a CNEF. Na sequência da solicitação da Fenprof ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, as reuniões têm prosseguido com a mediação da DGERT.

A Fenprof tem apresentado várias propostas para que seja possível o entendimento com a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF), visando um CCT para o Ensino Particular e Cooperativo, o Ensino Profissional e o Artístico Especializado, estabelecendo uma carreira única que defenda os interesses de todos os docentes.



Cortesia de *O Curioso*, jornal da Escola Básica do Bom Sucesso (Porto)

ESCOLA PARA TODOS TARDA EM CHEGAR

O ensino não presencial afetou todos os alunos de todos os níveis de ensino, mas, em relação aos alunos abrangidos pelo novo regime da Educação Inclusiva, a situação foi ainda mais grave, ao pôr em causa a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que, desde 2018, as escolas se têm esforçado por implementar.

Para a identificação e resolução deste problema, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) desempenhou um papel fundamental, porque sempre esteve próxima dos professores, fez um levantamento dos problemas existentes e denunciou as situações que ocorreram no ensino não presencial do primeiro confinamento.

Esta iniciativa da Fenprof, corroborada pelas direções das escolas, pelos professores e associações de pais, contribuiu para que, no segundo confinamento, o Ministério da Educação viesse a alterar alguns procedimentos em relação aos alunos com medidas adicionais, que passaram a frequentar o ensino presencial, respeitando o horário definido no seu programa educativo individual (PEI). Esta medida, sendo importante, exigiria que os alunos frequentassem, também, as aulas síncronas da respetiva turma, no ensino não presencial, de acordo com o seu PEI.

Contudo, e apesar destas medidas positivas,

no questionário realizado aos docentes da Educação Especial (em janeiro/fevereiro), referente a este segundo confinamento, (ainda) podemos verificar que apenas 56,6% dos alunos com medidas adicionais continuaram a acompanhar todas as aulas síncronas da turma, 36,2% participaram em algumas aulas e 7,2% em nenhuma.

Em relação aos alunos com mais de 60% de permanência na turma, verificamos que, no que respeita àqueles alunos com medidas adicionais cuja frequência é inferior a 60%, a situação foi ainda pior. De facto, só 34,3% continuaram a frequentar as aulas síncronas com a turma e 19,1% não frequentaram nenhuma aula síncrona [resultados do questionário disponíveis no site da Fenprof].

Constituição por cumprir. O Decreto-Lei nº 54/2018 surgiu no panorama da política educativa como um instrumento para a inclusão educacional. A situação que estamos a viver mostra, à evidência, a fragilidade do sistema em matéria de inclusão.

De facto, não bastam leis carregadas de boas intenções para que se transforme a realidade. Continuam a faltar recursos humanos e materiais e uma aposta determinada na sensibilização da comunidade educativa, e da população em geral, para os direitos das

crianças e jovens mais fragilizados às mesmas oportunidades dos seus pares.

É uma constatação dolorosa, mas nem por isso menos verdadeira: a nossa escola ainda não é para ‘todos’. Continua a faltar estatuto pedagógico e organizacional com respostas adequadas e a própria cultura escolar carece, ainda, de uma dinâmica verdadeiramente inclusiva.

A educação é um desígnio social e coletivo, para o qual não podem ser poupados esforços. A Constituição da República refere que “todos têm direito à educação e à cultura”, competindo ao Estado:

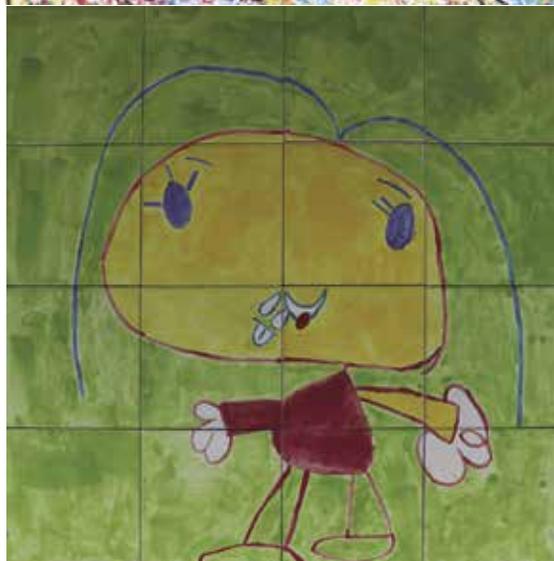
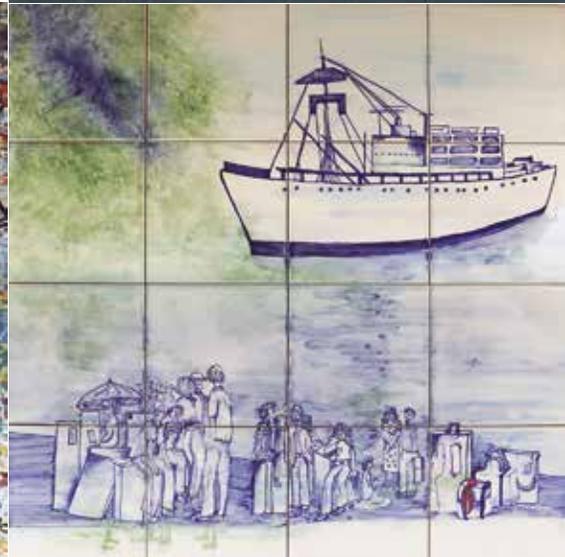
Promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva” [CRP, artigo 73º, pontos 1 e 2].

45 anos após a sua promulgação, neste e noutros direitos fundamentais, a base de todas as leis continua por cumprir!

Em 2020, para assinalar o 46º aniversário da Revolução de Abril e da libertação dos últimos presos políticos detidos no Forte de Peniche, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) convidou escolas de todo o país para a realização de um políptico de azulejos a instalar junto ao forte.

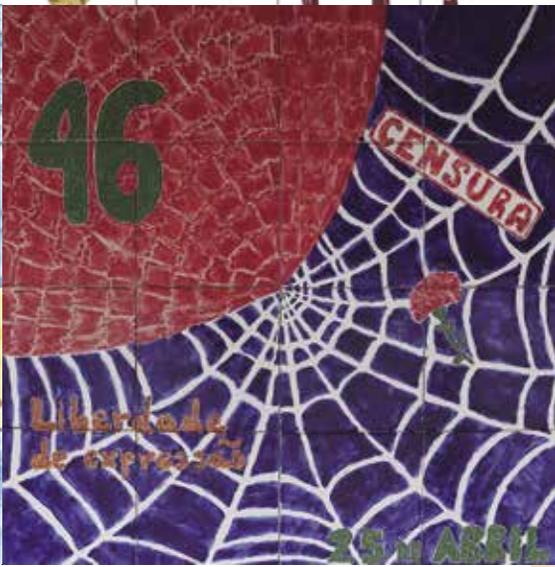
46 escolas e jardins de infância responderam afirmativamente e os respetivos alunos produziram os desenhos para as peças cerâmicas da instalação – que não viria a ser inaugurada no ano passado, devido à situação pandémica.

Produzido com o apoio do município de Peniche e da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, em parceria com o CENCAL, a URAP e a A25A, o mural foi inaugurado no passado dia 25 de abril. Para que não esqueçamos e não voltemos a viver sem liberdade e democracia.



Os 15 mosaicos reproduzidos são das escolas/agrupamentos da área do SPN. Da esquerda para a direita: AE Miguel Torga (Bragança), AE Manoel de Oliveira (Porto), AE D. Maria II (Braga), AE Dr. Serafim Leite (S.J. Madeira), AE Soares dos Reis (V.N. Gaia), ESA Soares dos Reis (Porto), AE de Briteiros (Guimarães), AE Morgado de Mateus (V. Real), AE de Santa Bárbara (Gondomar), AE de Rates (P. Varzim), AE Trigal de Santa Maria (Braga), AE Diogo Cão (V. Real), AE de Monserrate (V. Castelo), ES Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves (V.N. Gaia), AE de Santa Maria Maior (V. Castelo).





FASCISMO NUNCA MAIS!



DA TESTAGEM À VACINAÇÃO

Se o recente confinamento teve alguma vantagem, foi levar o Governo a perceber, finalmente, que a segurança sanitária nas escolas passava pela testagem e pelo rastreio, como a Fenprof sempre defendeu.

Quando em maio de 2020, a Fenprof lançou a petição *'Reabertura de estabelecimentos de educação e ensino deverá ser precedido da realização de testes'*, que em apenas quatro dias recolheu mais do que as quatro mil assinaturas necessárias, fê-lo convicta de que a comunidade escolar (docentes, não docentes e alunos) deveria ser "submetida a testes de despistagem antes do regresso à atividade presencial". A petição deu origem a uma Resolução da Assembleia da República (aprovada com os votos contra do PS) que defendia a "disponibilização de testes Covid-19 gratuitos a professores, trabalhadores não-docentes e alunos" (18.dez.2020). Esta é, portanto, uma exigência da Fenprof muito anterior ao início do ano letivo de 2020/21. Estranhamente, seguiu-se uma campanha orquestrada pelo Governo, sustentada nos habituais *opininantes* de serviço (televisivos e outros), contra a Fenprof, que pretendeu generalizar a ideia de que esta *força de bloqueio* estava interessada em parar o regresso ao ensino presencial pela simples razão de que era contra. Em resposta, a Federação emitiu um comunicado onde afirmava que, por muito que tente, o "ministro não silenciárá a Fenprof", pelo que "em defesa da segurança sanitária nas escolas e, de uma forma mais geral, da saúde pública, a Fenprof (...) não desistirá de promover todas as iniciativas que considere relevantes para

garantir as condições adequadas ao regresso, em setembro, ao ensino presencial".

Uma dessas iniciativas aconteceu em finais de julho, quando a Fenprof apresentou o *'Plano para a abertura segura do ano letivo 2020/2021 em regime presencial?'*, onde avançava três medidas essenciais para garantir o regresso ao ensino: testagem e rastreio, distanciamento físico e equipamento de proteção individual. O Ministério da Educação (ME) e a Direção-Geral de Saúde (DGS) nunca aceitaram discutir este ou outro qualquer plano. Foram mais de uma dezena, as vezes em que a Fenprof solicitou reuniões com ambas as estruturas, sempre em vão! Nem resposta! E a abertura do ano letivo aconteceu neste clima de completo desprezo pelas estruturas sindicais.

Testagem e rastreio. Ao longo do 1º período, os casos de covid-19 nas escolas foram sendo conhecidos e divulgados, com o ME e a DGS a omitirem ou a desvalorizarem as ocorrências. E foi preciso o Tribunal obrigar o ministério a divulgar a lista das escolas com casos para se perceber que, afinal, as escolas infetadas eram o triplo daquelas que a Fenprof havia identificado e que mais de metade das escolas do país tinham sido infetadas. Foi a queda de mais um *mito urbano*: "As escolas não são espaços de infeção e de contágio!". Afinal, como todos os espaços

sociais, as escolas também eram espaços de infeção e de contágio! E, a avaliar pelos números, o Governo sabia-o, embora afirmasse o contrário!

Ora, se o recente confinamento alguma vantagem teve, foi levar o Governo a perceber, finalmente, que a Fenprof tinha razão e que a resolução deste problema não passava por discursos mais ou menos bacocos, despidos de conteúdo, mas pela testagem e rastreio. Antes assim, pois deve-se aprender com os erros do passado e tudo fazer para que não seja a reabertura das escolas a origem de uma quarta vaga de covid-19 em Portugal.

E agora a vacinação. À testagem, acresce a vacinação. Desde que apareceu tal possibilidade, a Fenprof pugnou pela vacinação dos profissionais da Educação. Fê-lo na reunião com secretários de Estado, no dia 7 de janeiro, ainda antes de as escolas voltarem a encerrar. E também em fevereiro, em plena fase de ensino não-presencial, quando afirmava que "para que as escolas reabram e se mantenham abertas, a vacinação de docentes e trabalhadores não docentes terá de ser prioridade". Desta vez, felizmente, não foi preciso esperar um ano para que o Governo desse razão à Fenprof... E ao que parece, tal facto não se deveu à ação do ME, mas ao Ministério da Saúde e aos responsáveis da designada *task force*.



SPN comemorou de forma diferente, mas intensa

Dia Internacional da MULHER

À semelhança de anos anteriores, mas num formato diferente online, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promoveu uma sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. Neste dia, celebramos as conquistas sociais, económicas, culturais e políticas das Mulheres, apelamos a uma ação global para acelerar a igualdade entre géneros e promover os direitos humanos de todas as mulheres e raparigas. É, também, uma oportunidade para evocar a coragem e determinação das Mulheres pioneiras desta ação e das que continuam a lutar e a redefinir a história, local e globalmente.

Convém, no entanto, lembrar que, a nível mundial, ainda há muito por fazer: direito ao voto para todas, igualdade salarial, maior representatividade em cargos de liderança, proteção em situações de violência física ou psicológica ou o acesso à educação, são causas que continuam atuais. Em vários pontos do globo, as Mulheres ainda não têm esses direitos garantidos.

Pandemia. Este ano, sem surpresa, vários fóruns internacionais – como o Parlamento Europeu, as Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho ou a Internacional da Educação – enaltecem e destacam o papel das mulheres na liderança do combate à covid-19, mas sem perder de vista um futuro efetivamente igualitário. São as mulheres quem mais tem sofrido com as consequências

económicas da pandemia e do contexto de teletrabalho, que dificulta a conciliação entre a vida pessoal e profissional, já agravada pelo desequilíbrio na partilha das tarefas domésticas. Em particular no setor da educação, nestes já longos meses de pandemia, muitas mulheres têm somado à carga horária de atividade profissional à distância, grande parte do trabalho doméstico, das atividades escolares dos filhos e da assistência a familiares.

Programa. Em tempo de confinamento, a música (e a cultura em geral) foi e continua a ser um poderoso instrumento de esperança, que atenua distâncias e ativa emoções. Mas foi e é, também, um setor profissional que atravessa momentos particularmente difíceis. Por isso, o SPN convidou para este serão de luta e resiliência, de teleconvívio e renovação de energias, mas sobretudo de solidariedade ativa, amigas e amigos que já estiveram connosco noutras circunstâncias e que muito prezamos: Jacinta, Rui David e Disco Voador (projeto musical de Joana Manarte e Tiago Enrique), a que se juntaram dois poetas-declamadores ‘da casa’ (Conceição Liquito e Rafael Tormenta) e várias/os amigas/os que responderam ao convite do SPN e enviaram curtos vídeos sobre ‘ser mulher’. O serão terminaria com a visualização de um notável documentário - “Woman”, de Yann Arthus-Bertrand e Anastasia Mikova.

A todas e a todos, o nosso reconhecido agradecimento.

DEVÍAMOS SER VALORIZADOS E O NOSSO EMPENHO RECONHECIDO

Quando fui convidada a testemunhar sobre o regresso às aulas presenciais, demorei a aceitar. Levantei muitas questões, mas o que me fez mesmo hesitar foi a falta de energia. Sinto-me cansada, desmotivada, incompreendida, não só pelos mais próximos, mas também pelo sistema.

Quando temos uma sociedade que ainda acha que na interrupção letiva os professores estão de férias; quando na comunicação social se põe em causa a vacinação dos professores como prioritária; quando certos comentadores falam do que não sabem e só servem para desinformar a opinião pública e destilarem o seu veneno; quando há partidos que prometem uma coisa e na hora H voltam atrás; quando esses mesmos partidos começam a falar do que não sabem e, por exemplo, consideram que acabando as aulas a 8 de julho haverá tempo para executar todas as tarefas antes de os professores entrarem de férias; quando consideram que começar as aulas a 1 de setembro tem viabilidade, esquecendo toda a logística por trás do início de um novo ano letivo...

Muitas vezes dou por mim a pensar: será que vale a pena? Isto é difícil, mas eu gosto do que faço; imaginem se não gostasse.

Nos corredores e na sala de professores, ouço suspiros sobre a reforma longínqua, o cansaço, o burnout... Como tudo era mais fácil há uns anos! Como as colegas iam tão 'frescas' reformadas!

O desânimo apoderou-se desta classe profissional envelhecida e desgastada, o que se acentuou com a pandemia. Vejo colegas mais novos a dizer: "Se me dessem o que estou a ganhar agora, ia para casa!". Esta mesma classe que se viu obrigada a reinventar-se sem apoios, ajudas, orientações ou formação. E

mesmo assim conseguiu, em pouco tempo, dar aulas on-line, aprender em tempo recorde a trabalhar com aplicações, a procurar e a criar recursos...

Nós devíamos ser valorizados e o nosso empenho reconhecido! Andamos todos preocupados com o futuro incerto.

Sobre as aulas presenciais... Aquando do regresso, o sentimento era um misto de ansiedade, por voltar a estar com os alunos cara a cara, e de insegurança, tendo em conta o contexto. Vínhamos todos preocupados com as testagens, que ainda não tinham começado, e sobre quando seríamos vacinados, uma vez que éramos imprescindíveis. Fomos testados três dias após o regresso e, quando saíram os resultados, duas turmas foram para casa. Isto teria sido evitado se a testagem tivesse ocorrido antes do recomeço das aulas. Depois começou a saga das vacinas: o facto de não ter sido chamado nenhum professor ou educador da escola no primeiro fim-de-semana de vacinação causou-nos espanto, estranheza, ansiedade e frustração, uma vez que tínhamos sido uma das escolas de acolhimento e a Educação Especial tinha estado sempre com aulas presenciais.

Quando regressámos, depois da interrupção letiva, qual não é o nosso espanto ao ouvir que a vacinação ia ser adiada... A mensagem a desmarcar foi recebida muito mais tarde, o que constituiu mais um motivo de ansiedade. No momento em que escrevo, a vacinação está novamente agendada, mas estamos todos expectantes. Mas, apesar de alguns receios, acredito que vamos ficar bem. As duas primeiras semanas foram muito preenchidas, todos fizemos avaliações de final de período e, ao mesmo tempo, realizámos atividades comemorativas da época (Dia da Árvore, Dia do Pai e Páscoa). Durante a interrupção letiva estivemos assoberbados de trabalho, entre avaliações e reuniões, levando-nos a iniciar o 3º período já num estado de exaustão e sem sabermos muito bem como vamos conseguir chegar ao fim do ano letivo.

Em jeito de conclusão: nós professores, sentimo-nos abandonados e ignorados pelo Estado, que não fornece os apoios necessários para o bom funcionamento das escolas e não cuida da nossa saúde física e mental.

Maria João Silva
Sócia SPN nº 31100



[memórias do regresso à escola]

TANTA ESCOLA

É bonita a festa, pá! O regresso ao ensino presencial é, para a toda a comunidade educativa, momento de alegria. Sinto-o assim, eu que sou pai e professor.

Como professor do Ensino Artístico Especializado, e tendo alunos em quase todos os anos de escolaridade, desde o 1º Ciclo ao Ensino Secundário, observo essa vontade de estar na escola em todos os alunos, de formas diferentes e com objetivos diversos. Mas, mesmo entre os mais pequenos, a alegria da escola e do reencontro, ou mesmo a excitação de toda a brincadeira, não é despreocupada. Desde logo, porque os cuidados com a saúde nos obrigam a uma série de regras que, não sendo fáceis para adultos, também o não são para as crianças, e porque elas não são imunes nem ao vírus nem às suas consequências. A educação é partilha de saberes, de valores, de preocupações, e tantas vezes os mais pequenos absorvem estas últimas de forma desmesurada, cabendo-nos depois dotá-los do equilíbrio – muito mais difícil do que o dos primeiros passos dos bebés – que lhes permita ser e viver num mundo em constante e acelerado turbilhão.

E é bonita a festa, pá, quando, finalmente, voltam as aulas em que podemos dialogar de forma síncrona, ouvindo o mesmo som (professor e alunos), aprendendo a gostar dele e da forma como nos envolve, aprendendo a usufruir daquele momento em que ansiamos pela próxima nota depois da cadência suspensiva, e de como nos desequilibra a quase impercetível antecipação daquela outra. Ou ouvindo agora, claramente, duas, três, quatro e até mais notas simultâneas. Que alegria a harmonia! E que alegria aquele *forte subito* ou o decrescendo levado ao cúmulo do gesto já inaudível com que decidimos acabar uma

frase. E, finalmente, quanta energia naquele ritmo e naquela síncopa que agora não fica síncopa pelo satélite nem pela fibra. Que bonito o silêncio após o último acorde, a imobilidade e, depois, a respiração com que se planeia dar ao público permissão para aplaudir, logo que voltarem os concertos e audições.

Tudo isto e muito mais, que é a Música, não se fez, ou não se fez bem, por incompetência das diversas ferramentas digitais mediadoras do diálogo professor-aluno durante o *E@D*. E com vários alunos muita coisa correu bem, muito bem até, de alguns pontos de vista, mas a quase totalidade das pequenas coisas que transformam a interpretação num momento artístico, perde-se na distância a que estivemos obrigados. Louvo, por isso, a liberdade de que senti usufruir para gerir as aulas, fazendo corresponder o tipo de comunicação às necessidades e contingências de cada aluno; mas sei que a regra que fui observando foi a de ir aumentando a carga síncrona até aos limites da exaustão de professores e alunos.

Mais de um ano após o início da pandemia, não há quem não tenha sido afetado nem quem esteja já vacinado de todas as maleitas que ela trouxe ou expôs. A educação e a Escola Pública que queremos construir não estava nem está vacinada. Resta-nos, portanto, o mesmo de sempre – fazer tudo! Mesmo sabendo que será mais difícil estarmos juntos, continuaremos todos com a responsabilidade de construir diálogo entre os professores. Continuaremos a dar a paz, o pão, habitação (até isto tantas vezes o fazemos em sentido figurado), saúde, educação, aos nossos alunos e, aprendendo com a energia deles, daremos ainda o exemplo de que a Liberdade se constrói, propondo soluções e exigindo diálogo para velhos e novos problemas, na Escola e na Rua.

Que bonita é a festa sempre que vamos cantar a primavera e resolver os nossos problemas. Por nós, pelos nossos alunos, pela Escola Pública, por um futuro para todos.

Ricardo Cerqueira
Sócio SPN nº 44707

HABITUAMO-NOS A TUDO...

Ouve-se dizer que nos habituamos a tudo. Pode ser verdade, mas não é sempre bom. Quando, em 22.01.2021, tivemos de confinar e deixar o ensino presencial, fiquei bastante apreensiva, pois a experiência anterior de ensino a distância (E@D) mostrou-se muito pouco eficaz. Entre outras coisas, preocupava-me, por exemplo, como proporcionar aos alunos a componente prática da Físico-Química, tão importante na aprendizagem das ciências?

Assim, eu, como muitos colegas, agora já com algum conhecimento das dificuldades que o E@D acarreta e dos fracos resultados de uma mimetização do presencial no online, lançámo-nos no desafio de construir novas abordagens do ensino, novos materiais pedagógicos e novas formas de motivação e avaliação. Muitos de nós frequentámos ações de formação sobre plataformas de E@D, novas práticas pedagógicas com recurso à tecnologia, ferramentas eletrónicas, avaliação formativa, etc., de forma a ir construindo dinâmicas de aprendizagem pertinentes e passíveis de permitir algum sucesso.

Todo este envolvimento, e até entusiasmo, de criação e aplicação de novas abordagens e estratégias, a par da notória redução da percepção de problemas de indisciplina e comportamentos agressivos, levou a que estivesse a sentir-me cada vez mais confortável no E@D...

E a aproximação do regresso ao ensino presencial voltou a deixar-me apreensiva. No entanto, desta vez, a apreensão prendia-se com o receio de voltar a um contexto, sobejamente conhecido, em que os professores não são bem tratados: falta de democracia no funcionamento e gestão das escolas – os professores deixaram de ser considerados profissionais competentes de reconhecida ética para serem robotizados, proletarizados e vigiados; horários excessivos; elevado número de alunos por turma; elevado número de turmas e níveis por professor; sobrecarga de trabalho administrativo, que, por via dos mega-agrupamentos e da falta de funcionários, recai sobre os professores, sobretudo diretores de turma; indisciplina e, não poucas vezes, sobrançeria e agressividade; ingerência dos encarregados de educação em assuntos

pedagógicos; falta de valorização da escola e do conhecimento *per se* e não como um produto mercantil...

Enfim, parte daquilo que muitos professores têm vindo a apontar como fatores de desmotivação e exaustão na profissão. De qualquer forma, nunca tive qualquer dúvida de que o contacto pessoal do ensino presencial é insubstituível.

E regressámos. Estava convicta de que, apesar das inevitáveis fragilidades de algumas aprendizagens tentadas no período de E@D, o processo teria corrido melhor do que o anterior e os alunos teriam feito progressos sensíveis. No entanto, fui-me apercebendo de que terão sido muito poucos os casos em que não houve um hiato no processo de aprendizagem. Além dos muitos alunos que estiveram em óbvia desvantagem por falta de acesso a equipamentos/internet adequados, o E@D aparenta ser muito pouco eficaz para alunos com algumas dificuldades.

Problemas identificados no ensino presencial – como a falta de motivação e envolvimento nas atividades escolares, a pouca valorização da aprendizagem académica e a falta de autonomia – levam a que estes alunos ‘desliguem’, caindo numa situação próxima do abandono escolar. O ‘corpo presente’, que muitos assumem ser a sua obrigação na escola, torna-se mais fácil, mas mais penalizador.

Desta forma, e apesar de não ter feito grande reflexão sobre o assunto, que traria natural controvérsia, não posso deixar de dizer que a minha vontade era que se repetisse este ano letivo, agora presencialmente.

Por último, considero que, para os professores como para qualquer outro trabalhador, o teletrabalho é muito penalizador, na medida em que desfavorece o contacto social, dificultando a partilha de experiências, angústias e sucessos, bem como a identificação e discussão de questões laborais de classe, com a consequente perda de poder reivindicativo.

Não quero habituar-me a isso.

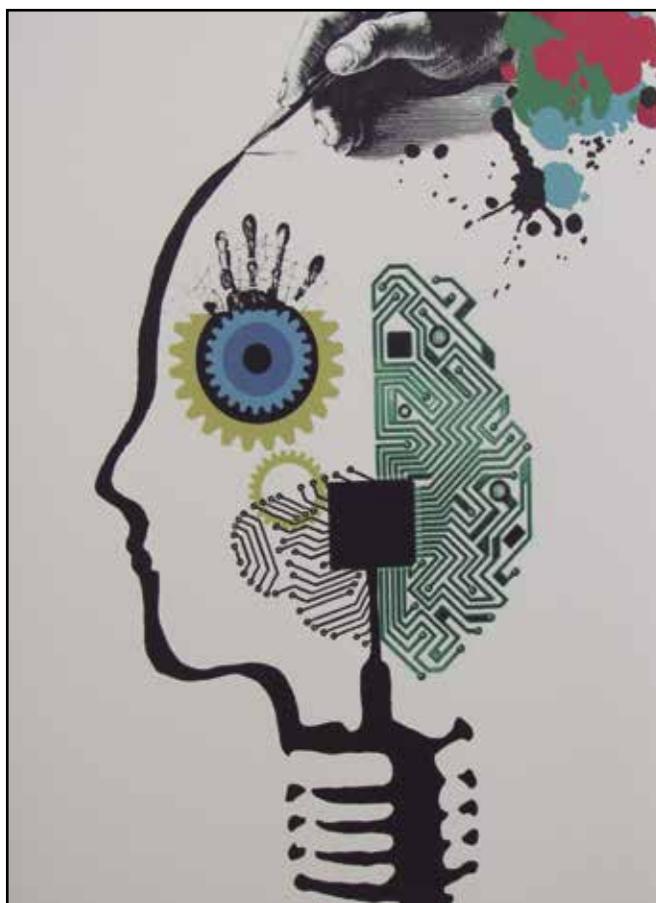
Marta Cruz

Sócia SPN nº 28131

[memórias do regresso à escola]

ADIVINHAM-SE CONSEQUÊNCIAS TRÁGICAS

Nada tem mais força que uma necessidade medonha
Eurípides, "Helena" (412 a.C.)



Cortesia de O Curioso, jornal da Escola Básica do Bom Sucesso (Porto)

Não haverá dúvidas de que a escola e, naturalmente a sua expressão prática, que é o ensino, foram dos mais lesados no que respeita a crise pandémica. A comunidade escolar viu o seu normal funcionamento truncado, perdendo-se o espaço físico para a transmissão do conhecimento. Perante a preocupante realidade de existirem alunos que passarão de ano letivo à distância, adivinham-se as consequências trágicas no que diz respeito ao aproveitamento escolar, ao fruimento intelectual, ao apoio pedagógico, à igualdade de acesso e oportunidades.

Os professores e educadores foram duramente colocados à prova e responderam com a maior entrega e com o mais profundo respeito pela profissão que exercem. Mas existe um imperativo que não pode ser abandonado – a necessidade de se estabelecerem as normais condições de ensino o quanto antes. Ou seja, nada substitui a presença física dos professores e dos alunos em contexto de sala de aula, nem a força social e humana que nesse mesmo local se estabelece, pois criam-se pensamentos, moldam-se saberes, cruzam-se reflexões. Também neste desafio o professor/educador não faltará.

Marta Pereira
Sócia SPN nº 36029

Eleição dos corpos gerentes do SPN

ONDE VOTAR

No dia 11 de maio de 2021, os sócios do Sindicato dos Professores do Norte vão eleger os Corpos Gerentes para o triénio 2021-2024. A divulgação da única lista que se apresentou a sufrágio e do respetivo programa é feita através da separata que acompanha esta edição e da página eletrónica do Sindicato (www.spn.pt).

A todos os sócios que constam dos cadernos eleitorais foram enviados, por correio postal, dois envelopes, uma credencial e um boletim de voto para a Mesa da Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e de Jurisdição e a Direção (central) – aos que constam nos cadernos eleitorais de um dos seis distritos da área de ação do SPN, foi enviado outro boletim de voto para a eleição da respetiva Direção Distrital.

A votação, por escrutínio secreto, direto e universal, pode ser por correspondência ou presencial.

CORRESPONDÊNCIA. Cada sócio-votante introduz o(s) boletim(ns) de voto preenchido(s) no **envelope branco**, fecha-o e cola-o; depois, introduz esse envelope em branco, juntamente com a **credencial**, no **envelope de remessa livre** (não carece de selo) – a credencial não deve, pois, ser introduzida no envelope branco, mas tem de ser enviada no de remessa livre para o voto ser considerado.

Muito importante: só serão considerados válidos os votos recebidos na estação dos CTT Pedro Hispano (Porto) até às 18 horas do dia 14 de maio de 2021, desde que com carimbo até ao dia 11 - para o correio de remessa livre é de contar com a possibilidade de demora de cinco dias na distribuição.

PRESENCIAL. Quem optar por esta modalidade deverá consultar os locais e horários de funcionamento das mesas de voto (ao lado) e dirigir-se a qualquer uma delas com a respetiva **credencial e um documento de identificação** (cartão de associado ou outro).

Muito importante: em 2014, foi revogada legislação que permitia aos trabalhadores a dispensa de serviço pelo tempo necessário ao exercício do direito de voto, pelo que, a quem não seja possível votar presencialmente, se apela ao voto por correspondência.

DISTRITO DE AVEIRO

Delegação SPN de S. M. Feira: 9h-19h

Delegação SPN de S. J. Madeira: 9h-19h

Escolas

Arouca - EB Arouca (10h-13h)

Espinho - ES Dr. Manuel Gomes de Almeida (10h-12h)

O. Azeméis - ES Soares Basto (10h-13h)

Ovar - ES Esmoriz (10h30-13h)

S. M. Feira - EB Fernando Pessoa (11h-13h); ES S. M. Feira (10h-12h)

S. J. Madeira - ES Dr. Serafim Leite (10h-13h)

V. Cambra - ES Búzio (10h-13h)

DISTRITO DE BRAGA

Delegação SPN de Braga: 9h-19h

Delegação SPN de Guimarães: 9h-19h

Delegação SPN de V. N. Famalicão: 9h-19h

DISTRITO DE BRAGANÇA

Delegação SPN de Bragança: 9h-19h

Delegação SPN de Mirandela: 9h-19h

DISTRITO DO PORTO

Sede, no Porto: 9h-19h

Delegação SPN de Amarante: 9h-19h

Delegação SPN de Penafiel: 9h-19h

Delegação SPN da P. Varzim: 9h-19h

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

Delegação SPN de V. Castelo: 9h-19h

Delegação SPN de Monção: 9h-19h

DISTRITO DE VILA REAL

Delegação SPN de V. Real: 9h-19h

Delegação SPN de Chaves: 9h-19h

ELEIÇÕES CORPOS GERENTES

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

triênio
2021 – 2024

11 de maio 2021





nesta edição

- a abrir
02. **11 de maio: eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores do Norte**
- editorial
03. **Bases para a construção de um futuro melhor**
- ação sindical
04. **Tempo de agir | Propostas da Fenprof**
06. **Travão não travou nem trava | Aconteceu em março**
08. **Atividade negocial intensa: EPC, IPSS e misericórdias**
09. **Escola para todos tarda em chegar**
10. **Fascismo nunca mais!**
12. **Da testagem à vacinação**
- notícias SPN
13. **Dia Internacional da Mulher: SPN comemorou de forma diferente, mas intensa**
- em foco
- Memórias do regresso à escola
14. **Devíamos ser valorizados e o nosso empenho reconhecido**
15. **Tanta Escola**
16. **Habitamo-nos a tudo...**
17. **Adivinham-se consequências trágicas**
- a fechar
18. **Eleição dos corpos gerentes do SPN: como e onde votar**

spni
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXII - III série - nº 83
fevereiro a abril 2021
spninfo@spn.pt